



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI
SECRETARIA DE JUSTIÇA

Parecer

Da: Secretaria de Justiça

Para: Secretaria Municipal de Segurança e Mobilidade Urbana.

Ref.: Impugnação.

Assunto: Pregão Eletrônico nº 134/2022.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de vale combustível e outros serviços.

Trata-se de impugnação interposta pela empresa **TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**, contra o edital de Pregão Eletrônico nº 134/2022, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VALE COMBUSTÍVEL E OUTROS SERVIÇOS**.

Inicialmente, alega a impugnante sobre a impossibilidade de se praticar como limitador de preço máximo para o abastecimento o valor médio de mercado apurado no período pela ANP – Agência Nacional de Petróleo. Neste sentido afirma que tal exigência seria capaz de onerar de forma desproporcional a gerenciadora licitante e prejudicar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Aduz que a pesquisa de mercado¹, quando comparada a pesquisa da ANP apresenta uma discrepância entre esta última, e os preços efetivamente praticados.

Afirma que a ANP não pode ser utilizada para balizar os preços praticados pelas credenciadas, pois tal ato poderia ser configurado como compromisso de terceiro alheio a disputa, o que é vedado pela Súmula 15 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, informando ainda, que os postos credenciados, normalmente se

¹ Fonte não apresentada pela impugnante



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI
SECRETARIA DE JUSTIÇA

recusam a vender pelos preços estabelecidos pela ANP, recaindo sobre a gerenciadora do cartão custo imprevisto ao qual não deu causa.

É a síntese do necessário.

Inicialmente observamos que o Município de Itapevi adotou como modelo para licitação do cartão combustível o Memorial Descritivo elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que inicialmente trazia a previsão ora combatida pelo impugnante.

Ocorre que, verificando a última versão publicada, verificamos que o próprio Tribunal de Contas, já promoveu alteração neste sentido, para estabelecer que o software possua restrição de abastecimento, em valor que deverá ser informado pelo Gestor do Contrato/Responsável pelo Departamento Municipal de Transporte, de modo que a empresa contratada não esteja sujeita a arcar com a diferença de valor entre a bomba e a média estabelecida pela ANP.

Isto posto, entendemos que a solicitação merece deferimento, para que o edital seja corrigido neste ponto, além disso, deverá ser observado, somente para fins de orçamento os valores da Agência Nacional de Petróleo.

Após as correções, republique-se devolvendo o prazo.

É o Parecer.

Itapevi, 11 de janeiro de 2023.


LÍVIA CAROLINA F. RIBEIRO
Procuradora Municipal
OAB/SP 278.571